MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 32/2017 - CONSELHO SUPERIOR

Aprova normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI no que se refere ao seu Repositório Institucional.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto do IFPI, considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Resolução nº 01, de 31 de agosto de 2009, o Memo. 029/2017/PROPI, de 06 de abril de 2017, e, ainda,

- a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição; a necessidade de potencializar o intercâmbio entre o IFPI e outras instituições;
- a aceleração do desenvolvimento de suas pesquisas e ampliação do acesso; a visibilidade e recuperação da produção técnico-científica do IFPI;
- a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional;
- a otimização da gestão de investimentos em pesquisas neste Instituto Federal e o apoio aos processos de ensino/aprendizagem através da facilitação do acesso ao conhecimento,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar, ad referendum, as Normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 27 de junho de 2017.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA
Presidente
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

NORMAS PARA A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI), NO QUE SE REFERE AO SEU REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.


Capítulo I – Do Repositório Institucional

Art. 2º. O Repositório Institucional do IFPI é o sistema de informação responsável por armazenar, preservar, organizar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente a produções acadêmicas, científicas e institucionais do Instituto Federal do Piauí, em um único local virtual.

Art. 3º. O Repositório Institucional do IFPI tem como objetivos:

I Organizar e disponibilizar a produção técnica e científica do IFPI como resultado de seus estudos e pesquisas, segundo padrões internacionais para compartilhamento de informações em rede;
II Aumentar a visibilidade e o acesso à pesquisa técnica e científica do IFPI, em acesso aberto, em conformidade com a Lei n° 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação);
III Aumentar a interoperabilidade de toda a produção do IFPI em rede;
IV Preservar e armazenar a memória institucional do IFPI;
V Preservar os documentos produzidos nas pesquisas e considerados relevantes à Administração Pública Federal;
VI Disponibilizar recursos de aprendizagem produzidos pelo IFPI ou no âmbito de suas parcerias, tanto para a formação e o desenvolvimento de agentes públicos quanto para promover a participação social e o exercício da cidadania.

Art. 4º. A implantação e manutenção do Repositório serão geridas por uma Comissão de Implantação e Gestão do Repositório.

Capítulo II – Da Comissão de Implantação e Gestão do Repositório

Art. 5º. A Comissão Gestora tem como principal atribuição gerenciar, debater e definir questões relacionadas ao desenvolvimento e à gestão do Repositório Institucional.
Art. 6º. A Comissão será formada por:

I um (1) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
II um (1) representante da Diretoria de Comunicação Social;
III um (1) representante da Diretoria de Tecnologia da Informação;
IV um (1) representante docente.

§ 1º Os indicados para compor a Comissão Gestora serão definidos em portaria institucional. 
§ 2º A Comissão Gestora irá elaborar o cronograma de reuniões de acordo com a necessidade, objetivando o bom funcionamento dos trabalhos. Nessas reuniões, serão discutidas questões relacionadas ao Repositório e, extraordinariamente, acontecerão com o intuito de resolver eventuais conflitos de depósito, publicação e validação de objetos digitais.
§ 3º A Comissão Gestora será coordenada pela Coordenação Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento – CGCON.

Parágrafo único: A Coordenação Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento (CGCON) será implantada a partir do efetivo funcionamento do repositório desta Instituição. Esse setor será vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) do IFPI e a ele compete:

I a edição, revisão, validação e disponibilização da produção intelectual;
II a realização de ações de capacitação para a comunidade do IFPI sobre procedimentos e esclarecimentos na utilização do RI;
III formação de competências necessárias às equipes das Bibliotecas do IFPI, visando à realização de ações referentes ao RI;
IV apoio aos autores do IFPI na averiguação da situação de suas publicações perante entidades externas;
V o fornecimento de dados, informações e estatísticas.

Capítulo III – Do Arquivamento

Art. 7º. A fim de assegurar a consecução dos objetivos expostos:

§ 1º O depósito de informações referentes à produção acadêmica e técnico-científica no RI ficará a cargo das Bibliotecas do IFPI.
§ 2º A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) disponibilizarão mecanismos de estímulo que possibilitem evitar duplicações de esforços, a fim de garantir a plena alimentação do RI.
§ 3º A manutenção do sistema operacional do RI ficará a cargo de 1(um) representante da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).
§ 4º Os demais setores do IFPI deverão contribuir com o envio de informações e materiais necessários à adequada alimentação do RI.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Art. 8º. Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, alguns trabalhos depositados no Repositório Institucional são de propriedade dos autores, assim, cabe aos autores a responsabilidade sobre o quais são submetidos e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual.

Parágrafo único: para fins de depósito dos documentos de sua autoria no Repositório Institucional o autor deverá:

a) possuir currículo registrado e atualizado na Plataforma Lattes;
b) garantir à Instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização, a ser assinado por ele.

Capítulo IV – Dos Documentos

Art. 9º. O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives.

Art. 10. São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, pesquisadores, pesquisadores colaboradores, servidores técnico-administrativos, alunos graduandos e pós-graduandos do IFPI.

Parágrafo único: para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados, disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí ou por membros da comunidade acadêmica.

Art. 11. Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I artigos publicados em periódicos científicos;
II monografias, dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação do IFPI;
III monografias, dissertações e teses defendidas extra IFPI cuja autoria seja de servidores dessa Instituição;
IV livros e capítulos de livros;
V trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;
VI produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos;
VII documentos que retratem a memória da Instituição.

Art. 12. Os membros da comunidade científica institucional do IFPI deverão publicar os artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação a
Art. 13. Em caso de impossibilidade de depósito imediato no RI, o autor ou coautor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação da produção científica para depositá-la no RI/IFPI.

§ 1° Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a revista onde seu trabalho foi publicado, recomenda-se que seja depositada uma cópia da versão original do trabalho com a devida observação de alterações propostas.

§ 2° Ficam desobrigados de depósito no RI:

I os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
II os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;
III os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de ser patenteados ou publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 14. As Bibliotecas poderão também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Capítulo V – Das Disposições Finais

Art. 15. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Implantação e Gestão do Repositório e pela CGCON/PROPI.

Art. 16. Esta Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 27 de junho de 2017.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA
Presidente